

## Índice

**Abertura**

**Introdução**

**Opções Metodológicas**

**Capítulo I – Estudo de Caracterização das Instituições Culturais sem Fins Lucrativos do Distrito de Évora**

1. Personalidade, Natureza Jurídica e Registo
2. Fins Estatutários
3. Actividades Culturais
  - 3.1 Actividades Culturais Predominantes
  - 3.2 Outras Actividades Culturais
4. Número de Instituições e Localização Geográfica
5. Infra-estruturas
6. Recursos Humanos
  - 6.1 Funcionários
  - 6.2 Colaboradores
7. Fontes de Financiamento
8. Síntese Conclusiva

**Capítulo II - Directório das Instituições Culturais**

1. Instituições Culturais Privadas sem Fins Lucrativos
  - 1.1 Caracterização Individual
  - 1.2 Listagens das Instituições Culturais Privadas sem Fins Lucrativos
    - 1.2.1 Listagem por Concelho
    - 1.2.2 Listagem por Fins Estatutários
2. Informação Complementar
  - 2.1 Autarquias Locais
  - 2.2 Instituições Culturais Privadas com Fins Lucrativos

**Bibliografia**

**Índice de Gráficos, Mapas e Quadros**

**Anexos**

- Anexo I Actividades Culturais por Concelho
- Anexo II Outras Actividades Culturais por Concelho

## Palavras prévias

A missão da Fundação Eugénio de Almeida é contribuir, de forma efectiva, para o desenvolvimento integral da cidade de Évora e da Região. Constituindo-se como o “alfa e o ómega” da missão da Fundação, este objectivo está orientado para a acção e tem como destinatários as pessoas da comunidade onde se insere.

Consciente daquilo que entende ser a sua *responsabilidade social* e animada por um espírito de serviço assente em valores humanistas e personalistas, a Fundação desenvolve inúmeros projectos nos campos cultural e educativo, social, e espiritual.

É por opção institucional que a cultura assume, nesta sede, uma centralidade evidente, que decorre do reconhecimento do seu papel único, transformador e estruturante na sociedade. Através da cultura é possível promover a cidadania, a criatividade, imaginários ricos e até poéticos, dar outra dimensão á vida para além da puramente material.

Reconhece-se que a cultura – nas suas mais diversas vertentes e manifestações – , é hoje uma força necessária e indispensável à consolidação de todo e qualquer projecto de desenvolvimento de longo prazo, *maxime* a nível local e regional; e o envolvimento e contributo dos diversos agentes culturais é de uma importância vital neste contexto. De entre eles destacam-se instituições culturais, responsáveis pela produção, divulgação e fruição da cultura nas suas inúmeras dimensões e cujo trabalho é potencialmente catalisador de um novo dinamismo nas relações sociais e, até mesmo, económicas.

O estudo *As Instituições Culturais do Distrito de Évora*, realizado pelo Observatório Social do Alentejo e que agora se apresenta, pretende constituir-se

como mais um contributo para a compreensão de uma realidade plural e complexa nas suas formas de concretização. Promover o seu conhecimento efectivo é investir no seu sucesso, o mesmo é dizer, no êxito de uma sociedade mais desenvolvida, humanizada e inclusiva.

A Fundação Eugénio de Almeida endereça aqui uma palavra de agradecimento a todos quantos colaboraram e tornaram possível este trabalho:

à Dra. Maria de Lourdes Lima dos Santos, Presidente do Conselho Directivo do Observatório das Actividades Culturais, que aceitou o convite para prefaciар este livro; ao Prof. Doutor Carlos Alberto da Silva, Coordenador Técnico-científico do OSA; à equipa técnica de sociólogas que realizou este projecto, Mestre Carla Lã-Branca e Dra. Tânia Semedo Silva; e, finalmente, aos representantes das instituições que prontamente se disponibilizaram a colaborar no estudo respondendo ao questionário e validando a informação recolhida.

Eduardo Pereira da Silva

Presidente do Conselho de Administração da Fundação Eugénio de Almeida

## Um ponto de partida

O propósito da presente publicação, inscrito no plano de trabalho institucional da Fundação Eugénio de Almeida (FEA) e, mais concretamente, do Observatório Social do Alentejo (OSA), é dar a conhecer os perfis organizacionais das instituições do domínio da dinamização cultural, no distrito de Évora, abordadas no contexto de uma investigação desenvolvida para o efeito. Trata-se de um trabalho que se enquadra na continuidade de uma linha temática de estudos do OSA que procura, por um lado, conduzir a um conhecimento mais efectivo e globalizante das realidades sócio-organizacionais da zona de intervenção do FEA, e, por outro lado, atender e dar a conhecer as especificidades de ordem formal e legal que modelam as práticas de intervenção sócio-cultural a nível local e regional.

Estamos conscientes de que o trabalho que agora apresentamos, até pela natureza da informação sistematizada, não contempla todas as questões respeitantes à situação das instituições culturais, cuja complexidade abrange aspectos diversos de âmbito individual e sócio-histórico das próprias instituições. É pelas razões expostas que se entendeu realçar mais as temáticas relacionadas com o perfil jurídico, a dimensão da oferta e as áreas de de actividade. Ou seja, a análise efectuada e que apresentamos na presente publicação confina-se ao nível dos indicadores de caracterização das instituições, tomando como pano de fundo a procura das respostas sobre “quais são as instituições culturais”, “onde se situam” e “o que fazem”. É neste sentido que o plano de trabalho teve como base de suporte a informação estatística e outras fontes disponibilizadas pelas próprias instituições entrevistadas, que no ponto de vista da equipa do OSA poderá permitir uma percepção mais adequada das origens, e das problemáticas da vivência e da especificidade de acção das próprias instituições culturais estudadas.

O trabalho realizado é, assim, um ponto de partida, que poderá e deverá ser monitorizado de forma aprofundada pela equipa de estudos do OSA da FEA,

para melhor acompanhar e compreender a esfera de acção das instituições culturais existentes no distrito de Évora, e que emergem como actores privilegiados para agilizar e promover as ligações entre a esfera cultural e o mercado de consumo cultural local e regional.

Em suma, procura-se com esta publicação não só fazer relevar a importância que estas instituições assumem na esfera cultural regional, mas também e fundamentalmente colmatar a pulverização da informação regional sobre as instituições culturais, num momento em que assistimos a um crescente desenvolvimento do sector cultural, sem, no entanto, adoptar uma abordagem muito específica dos conteúdos de acção das instituições estudadas, ou questionar os próprios processos de dinamização cultural que veiculam no vasto panorama da oferta cultural do distrito de Évora.

Carlos Alberto da Silva  
Coordenador Técnico-Científico do OSA

## **PREFÁCIO**

As instituições culturais do distrito de Évora – objecto do inquérito realizado pelo Observatório Social do Alentejo da Fundação Eugénio de Almeida – são organismos sem fins lucrativos, com personalidade jurídica, orientadas estatutariamente para objectivos culturais e desempenhando efectivamente actividades culturais, conforme a definição avançada no início do estudo agora apresentado.

Na sua quase totalidade, trata-se de associações, ou seja, entidades a situar, juntamente com fundações, cooperativas, etc., no chamado 3º sector (privado não lucrativo), um sector que tem vindo crescentemente a ser convocado, no actual discurso europeu sobre a cultura, como plataforma indispensável para um desenvolvimento capaz de integrar valores de cidadania e criatividade.

Nesta perspectiva, propõe-se aqui uma breve reflexão sobre a natureza dos contributos que as entidades culturais deste tipo podem trazer e também, por outro lado, sobre os obstáculos com que têm de se defrontar. Naturalmente, recorrer-se-á, ao longo desta reflexão, à informação disponibilizada no presente trabalho, que seria desejável poder ver multiplicar-se para muitos outros pontos do país.

As associações culturais, em princípio, funcionam como sustentáculos do desenvolvimento cultural local, prestando um serviço público à comunidade em que se inserem. Simultaneamente elas são um lugar onde é possível o exercício de práticas culturais expressivas (fazer teatro, cantar, dançar, etc.) num quadro institucional que não passa necessariamente por um desempenho profissional nem se integra necessariamente no mercado. Todavia, o facto dessas práticas não decorrerem num contexto isolado mas sim no quadro associativo, permite que alcancem uma dimensão colectiva, dando ao amador a possibilidade de realizar individualmente uma actividade criativa e ao mesmo tempo concorrer para que outros nela coparticipem.

Esta participação activa na vida cultural no quadro das instituições do tipo aqui considerado pode manifestar-se através de diferentes posicionamentos quanto à natureza amadorística das actividades desenvolvidas, o que, aliás, não é alheio às

áreas culturais e artísticas implicadas. Assim, seguindo as auto-avaliações dos inquiridos num estudo sobre amadores (Donnat, 1996), ver-se-á que a minoria que não se reconhece na designação de amador, o faz por razões opostas – uns por a considerarem acima das suas capacidades, outros, pelo contrário, por a terem como pejorativa. Significativamente, parece ser nas áreas tendencialmente menos profissionalizadas (literatura, por exemplo) que a designação levanta mais reservas, como se, aí, pelo próprio facto de dificilmente poder haver opção entre ser amador ou profissional, resultasse diminuído o valor da prática amadorística<sup>1</sup>.

Por outro lado, as diferentes características e objectivos das instituições em causa não deixam de influir sobre a maior ou menor aproximação entre a prática amadora e a profissional. A oscilação entre uma e outra revela-se a vários níveis, de acordo com os dados do presente trabalho: a nível da relação dos contingentes de funcionários versus voluntários entre os elementos que desempenham as funções tidas como necessárias pelas diferentes associações; a nível das dificuldades de que estas dão conta, relativamente à falta de pessoal com competências que lhes permitam satisfazer determinados objectivos; a nível, ainda, da natureza de algumas das actividades que desenvolvem, designadamente as de formação.

Detenhamo-nos um pouco em cada um destes níveis para uma breve ilustração, recorrendo não só à informação proporcionada por este inquérito mas também, na medida do possível, por um outro realizado no Observatório das Actividades Culturais (OAC), tendo por alvo as associações de Cascais<sup>2</sup>.

Quanto ao 1º nível – funcionários versus voluntários – o voluntariado constitui uma larga base de mobilização para as actividades de vária ordem desenvolvidas nas associações. São coincidentes a este respeito os dados fornecidos pelos dois inquéritos, confirmando que a maioria das associações não tem pessoal remunerado.

Refira-se ainda que, à escala nacional, entre as entidades culturais do 3º sector, são as associações as que contam com um muito elevado contingente de voluntariado, enquanto nas fundações predomina o contracto individual de trabalho e nas cooperativas a aquisição de serviços/avença<sup>3</sup>.

De notar que o pessoal remunerado (em número muito reduzido tanto para Évora como para Cascais) se distribui privilegiadamente por certas actividades que tendem também a ser coincidentes para os dois inquéritos – artes performativas e, em particular, música.

Quanto ao 2º nível – falta de profissionais com competências específicas – também aqui convergem as preocupações expressas pelos inquiridos em Évora e em Cascais, sobressaindo a necessidade de formação no domínio da gestão.

Mas a oscilação entre a vertente amadorística e a profissional torna-se patente quando se passa de resultados de inquéritos para material recolhido através de entrevistas. Neste sentido, é curioso convocar as declarações de entrevistados das associações de Cascais. Trata-se, neste caso, da questão de ter músicos profissionais contratados para as Bandas Filarmónicas, o que parece corresponder a uma situação excepcional e isto sobretudo por duas diferentes razões: porque não se dispõe de recursos financeiros que permitam contratá-los e (ou) porque se recusa ter uma Banda que “metade é paga”, conforme declarava um entrevistado, contrapondo a Banda amadora da sua associação à de outra que incluía vários músicos profissionais, abrindo lugar para uma concorrência considerada desleal.

A mesma ambivalência (amador/profissional) perpassa as preocupações das autarquias que apoiam actividades das associações. Sendo que algumas destas carecem de qualificação, uma política cultural autárquica que se pretenda não demasiado directiva mas interessada em estimular acções com alguma exigência de qualidade, defrontar-se-á com questões delicadas em que se contrapõem diferentes modos de ser e de fazer, mais pessoalizados e improvisados ou mais profissionalizados e exigentes (está a considerar-se uma determinada situação, não devendo por isso entender-se que o primeiro modo é necessariamente típico das associações e o segundo, das autarquias).

Passando ao 3º nível – da natureza específica de algumas das actividades desenvolvidas pelas associações – a multidisciplinaridade predomina, embora com maior representação para as artes performativas. Uma vez mais, vão neste sentido, os resultados tanto no caso do trabalho de Évora como no de Cascais.

Mas conforme se trate de artes performativas tendentes a implicar uma actividade de natureza mais estruturada e regular ou de outras actividades que têm lugar em momentos que reproduzem ciclicamente determinados rituais – festas de Carnaval, de Natal, aniversários institucionalmente significativos, festejos populares, bailes, etc. – assim variará a exigência de competências profissionais.

As actividades que se podem denominar como festivas são, em regra, desempenhadas voluntariamente por associados que, nessas alturas (seguindo as declarações dos entrevistados em Cascais) dão a sua colaboração para as diversas tarefas necessárias, distribuídas espontaneamente de acordo com a tradicional divisão de trabalho por género. Significativamente, a selectividade por sexo verifica-se também na prestação voluntária de serviços (caso das instituições de Évora) quando se faz a relação com os fins estatutários – predominância de mulheres quando se trata de instituições que promovem o artesanato ou o folclore, predominância de homens quando promovem a preservação do património ou do desporto.

Ainda quanto às actividades cíclicas e à correspondente colaboração, são recorrentes certas opiniões expressas por elementos dos corpos sociais (caso das associações de Cascais) que se orientam em dois sentidos: por um lado, afirmação da capacidade das referidas festividades para atrair o investimento participativo dos associados que consideram ser muito reduzido noutras situações da vida associativa; por outro lado, denúncia da quebra que algumas dessas festividades vêm registando (exemplo dos bailes, em declínio face à multiplicação das discotecas).

Pelo contrário, é no que respeita às actividades mais estruturadas e regulares que a necessidade de competências específicas se destaca. Cada vez mais as associações procuram ter profissionais qualificados na orientação de actividades performativas (grupos cénicos, grupos corais, etc.) conforme se verificou em relação aos resultados de ambos os inquéritos.

Quando a falta de recursos não o permite, como atrás ficou dito, não raro essas actividades soçobram, a menos que as associações consigam encontrar algum profissional disposto a orientá-las sem ser remunerado.

Este trabalho de orientação pode ser complementado pelo desempenho da função de formação, que vemos representada em muitas das instituições culturais de Évora. Formação eventualmente dirigida quer a amadores que, nesse âmbito institucional, desenvolvem alguma actividade expressiva, quer a candidatos a uma determinada aprendizagem que para isso se inscrevem nos cursos disponibilizados pelas instituições em causa, sem que participem na produção ou difusão das actividades culturais e artísticas que aquelas promovam.

No primeiro caso, a função em causa virá responder a uma procura de aprendizagem por parte de um determinado tipo de amador que assim pretende valorizar a prática expressiva que desenvolve na associação. De retomar, a este propósito, estudos sobre a figura do amador, e em particular do amador enquadrado em associações (Odin, 1999), que o apresentam como tendencialmente interessado em aproximar-se do profissional, socorrendo-se conjuntamente de dois recursos: aprendizagem de capacidades de virtuosismo (efectuada, não raro, através de formação no espaço associativo) e valorização/aquisição de tecnologias mais ou menos sofisticadas<sup>4</sup>.

No segundo caso, em que a função formativa não se repercute necessariamente sobre actividades amadorísticas integradas na associação, está-se perante mais um serviço prestado por esta à comunidade, serviço que, simultaneamente, funciona como uma das fontes de receita de que este tipo de instituições se podem valer para a sua manutenção. Efectivamente, segundo os dados do presente inquérito, a formação conta-se entre as fontes de receitas próprias, a seguir às quotizações e às bilheteiras.

É interessante verificar, reflectindo ainda em torno da questão da profissionalização neste quadro institucional, que algumas das necessidades de formação que as instituições inquiridas indicam para os seus funcionários se concentram num conjunto de áreas – gestão de projectos, gestão cultural e marketing cultural (as três somam 60,7%) – que remete para um novo olhar sobre a cultura consonante com as exigências de especialização e qualificação que hoje se vêm colocando para a esfera cultural.

No sector do emprego cultural, como noutra qualquer sector, é urgente dispor de saberes específicos em que se alicerce a possibilidade de atingir determinados resultados considerados desejáveis. Para que um projecto obtenha apoios e seja exequível é preciso saber estruturá-lo, orçamentá-lo, cumprir prazos e custos, prever meios para assegurar a sua continuidade, se for esse o caso – por outras palavras, é preciso não só ter uma formação adequada mas ter também interiorizado a exigência de uma cultura de gestão para levar a bom porto a gestão da cultura.

No sector associativo parece começar a manifestar-se, nalguns casos, a percepção da inevitabilidade desta nova forma de estar na cultura se se quer fazer cultura. É significativo que, para além do tipo de necessidades de formação reclamadas a que acabou de se fazer alusão, haja um outro indicador que aponta no mesmo sentido e que tem a ver com as especializações dos funcionários ao serviço das instituições em questão (as poucas que dispõem de funcionários), especializações que passam por formação a nível do ensino superior em áreas que correspondem às das actividades mais desenvolvidas no dito sector.

Naturalmente, ao falar-se do sector associativo ou, melhor, das instituições culturais não lucrativas, não se está a denominar um conjunto homogéneo. Ao invés, trata-se de entidades diversas a vários títulos – da natureza dos domínios em que se integram as actividades que desenvolvem preferencialmente; das funções que desempenham (nos planos da produção, difusão e formação cultural); dos recursos de que dispõem (em espaços, equipamentos, meios financeiros e humanos); do tipo de dificuldades com que se defrontam.

Se, num retrato genérico (e é de registar que este retrato é bastante semelhante aos que, também em linhas gerais se tira do estudo sobre as associações de Cascais), predomina a multiplicidade de domínios e funções; se os espaços na maior parte dos casos são cedidos e, para um pouco menos de metade, têm carácter provisório; se o voluntariado é a forma esmagadoramente dominante de prestação de serviços; se a dependência dos apoios públicos, particularmente autárquicos persiste – a verdade é que, largados os grandes números, a variedade de situações apresentar-se-á como um fértil território a explorar. Não cabe à técnica do inquérito fazer esta

exploração mas estando previsto apresentar na segunda parte do presente trabalho uma caracterização individual das instituições inqueridas (a que infelizmente não chegámos a poder ter acesso), isso permitirá aperceber melhor a diversidade do conjunto.

Não só o sector considerado é heterogéneo como também é dinâmico. Decerto algumas das instituições, ao longo da sua existência, terão alterado o seu âmbito de actuação relativamente aos fins estatutários que presidiram à sua constituição. Em certos casos as alterações terão traduzido um movimento vitalizador e actualizante, noutros, porventura, alguma quebra e fechamento. Permito-me sugerir que seria interessante, em futuros desenvolvimentos do presente trabalho, poder explorar estes aspectos, procurando identificar os respectivos casos e os motivos a eles ligados. Na verdade, também o estudo que no OAC se realizou sobre o associativismo cultural em Cascais nos despertou o interesse para uma via de estudo que viesse a analisar a relação entre diferentes momentos das trajectórias das associações, mudanças nos objectivos perseguidos e evoluções nos seus contextos de localização.

Neste sentido, e a título meramente ilustrativo evoco algumas situações retiradas do historial de associações de Cascais – uma antiga associação de benemerência onde, no passado, dissidências políticas entre monárquicos e republicanos levaram à saída de alguns músicos republicanos que fundaram uma nova instituição cultural hoje centrada na actividade musical; inclusão recente de actividades de animação infantil e juvenil em associações que as políticas culturais locais começaram a sensibilizar para a questão da formação de novos públicos (e percepção, simultaneamente, da importância destas actividades para a sua própria continuidade institucional); criação de uma recentíssima associação de um tipo diferente em que o modelo associativo veio responder à necessidade de formalizar a existência de um grupo de jovens actores que desenvolvem projectos teatrais, etc., etc..

Aliás, através do inquérito às instituições culturais de Évora tiram-se indicações sugestivas quanto a trajectórias associativas, embora esse não seja o seu objectivo. Veja-se, por exemplo, a relação entre a localização das instituições estudadas e o âmbito das suas actuações, coexistindo uma concentração em concelhos com maior

densidade populacional com a existência de alguns casos de distribuição geográfica que foge a esta regra, na medida em que certas associações permanecem nas localidades em que inicialmente surgiram, “a partir de algumas tradições locais”, não obstante estenderem actualmente a sua acção para lá destas localidades menos habitadas.

Encontra-se pouco explorado entre nós o estudo de entidades do 3º sector e, em particular, da esfera cultural. Foi, pois, a partir de uma leitura interessada que se traçaram estas breves reflexões em torno de um trabalho onde muitos outros leitores empenhados em conhecer esta realidade cultural do distrito de Évora, vão poder encontrar matéria nova e útil.

Maria de Lourdes Lima dos Santos

Presidente do Observatório das Actividades Culturais (OAC)

---

<sup>1</sup> Olivier Donnat, *Les Amateurs – enquête sur les activités artistiques des français*, Paris, Ministère de la Culture, DEP, 1996.

<sup>2</sup> João Pinheiro e Rui Gomes, *Associativismo Cultural em Cascais*, DOCS 2, Observatório das Actividades Culturais (OAC), 2005.

<sup>3</sup> Maria de Lourdes Lima dos Santos (coord.) e outro, *Inquérito às entidades culturais e artísticas nacionais*, OAC (em curso).

<sup>4</sup> Roger Odin, “La question de l’amateur dans trois espaces de réalisation et de diffusion”, *Communications*, nº 68, 1999.

## INTRODUÇÃO

Em todas as sociedades, comunidades e grupos sociais pode constatar-se a presença de traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afectivos que os caracterizam e que reflectem a presença de uma cultura. Esta noção engloba, para além dos modos de vida, dos direitos fundamentais do ser humano, dos sistemas de valores, das tradições e crenças, também as artes e as letras<sup>1</sup>.

O sector cultural e artístico português, à semelhança do que acontece no panorama europeu global, tem vindo a desenvolver-se e a expandir-se nas últimas décadas. Este fenómeno é visível na amplitude de novas expressões culturais que começam a manifestar-se nos mais diversos domínios de actividade, traduzindo-se num crescimento da oferta cultural, que vai consolidando e tornando complexo o mercado da cultura em Portugal, nomeadamente a nível regional; ele é visível também na presença crescente e cada vez mais marcante de um conjunto de artistas, agentes e intermediários<sup>2</sup> culturais, especializados nas áreas da criação, apoio à criação, formação, acolhimento, programação, produção e difusão/divulgação.

Conhecer esta realidade nas suas múltiplas dimensões implica reconhecer a existência de um processo de estruturação da esfera cultural e artística que se estende desde os processos criativos de ordem individual e colectiva, passando pelas práticas organizadas e institucionalmente estabelecidas, públicas e privadas, da produção e difusão dos bens artísticos<sup>3</sup> e culturais, até ao consumo/recepção cultural e à regulação.

A complexidade desta rede e dos circuitos que compõem a esfera cultural reflecte-se, para além dos já referidos domínios e áreas de actividade, também

---

1 UNESCO: 1989, "Recomendación sobre la Salvaguardia de la Cultura Tradicional y Popular".

2 Entenda-se neste contexto, o recurso às expressões "intermediários" e "intermediação", como plataforma unificadora das actividades desenvolvidas pelas instituições culturais, num sentido lato compreensivo das diversas funções, actividades e profissões ligadas à promoção, produção e divulgação cultural.

3 Denomina-se "projecto artístico" quando ainda está na fase de concepção, "bem artístico" quando já está a ser comercializado (Guia das Artes do Espectáculo: 1999, pág. 4)

nos projectos e bens artísticos e culturais, nos próprios agentes e intermediários culturais que fazem desta esfera um espaço fluído onde convergem trajectórias profissionais, amadoras e voluntárias muito distintas e “se jogam permanentemente processos de reconversão, adaptação e intermutabilidade”<sup>4</sup> de competências, compromissos e funções. As actividades amadoras são particularmente visíveis ao nível do panorama cultural nacional e regional e retratam um caudal próprio da cultura, com raízes históricas e tradicionais bastante vincadas, nomeadamente no que se refere a actividades como a música (bandas filarmónicas, grupos corais), a dança (ranchos folclóricos) ou o teatro. Tendo como referência o modelo profissional, o amadorismo define-se em função de não ser exercido como profissão (não é remunerado), não exigir formação ou competências específicas, não ser exercido num quadro típico de organização laboral do tempo e não ser difundido comercialmente; no entanto, e “*em rigor, estas características de uma definição pela negativa dificilmente se verificam no seu todo, para as práticas de expressão artística ditas amadoras...*”<sup>5</sup>. A par do desempenho destes grupos amadores, e dos agentes culturais profissionalizados, constata-se igualmente a presença de uma outra categoria de intervenientes: os voluntários culturais, que desenvolvem a sua actividade ao nível do apoio técnico, artístico, administrativo e de direcção, quer no âmbito das actividades amadoras, quer ao nível das actividades profissionais e cujo papel se revela bastante pertinente no desenvolvimento das actividades institucionais.

Neste estudo optou-se por analisar aquelas entidades que, em sentido lato, poderão ser identificadas como os agentes de intermediação cultural, procurando estabelecer uma visão sistematizada deste conjunto. São entidades que assumem uma “(...) *função intermédia do processo cultural, aquela que faz funcionar os canais de ligação entre produção e recepção, entre criadores e públicos e que é resultado das actividades mais ou menos especializadas de agentes e organizações que intervêm nos processos de selecção, filtragem, distribuição, divulgação, avaliação e valorização das*

---

4 Ferreira, Claudino: 2002, “Intermediação Cultural e Grandes Eventos. Notas para um Programa de Investigação sobre a Difusão das Culturas Urbanas.”, pág. 3

5 Santos, Maria de Lourdes Lima dos: 2002, “Amador ou Profissional?... Peças de um Puzzle” , OBS n.º 11, pág. 7

*criações.*”<sup>6</sup> Ou seja, são instituições que, para além de accionarem os processos de difusão, apoiam financeira, administrativa e tecnicamente a produção cultural. O trabalho abrange, por isso, um leque relativamente variado de instituições e organizações que desempenham o trabalho de intermediação em condições bastante diferenciadas e, eventualmente, em simultâneo com outras actividades que não são de intermediação, como a formação ou o acolhimento de artistas ou até a criação artística.

O objectivo deste trabalho é, em termos genéricos, oferecer um retrato sistematizado das organizações culturais do distrito de Évora, em função da sua estrutura organizacional e *modus operandi* interno e externo. As instituições que constituem o objecto deste estudo, em função dos fins a que se dedicam e das actividades que desenvolvem, contribuem significativamente para a animação da vida cultural local, quer preservando algumas tradições locais, através de iniciativas ritualistas e comemorativas, quer introduzindo expressões culturais menos tradicionais, numa perspectiva mais contemporânea, quer mesmo adoptando uma visão inovadora ou vanguardista.

Não se pretende que se constitua um estudo intensivo do circuito cultural, que compreende todo o percurso desde a criação ao consumo; tão-pouco se intenta aqui identificar individualmente os criadores, as políticas culturais, os padrões de consumo cultural ou os públicos; como, da mesma forma, também não se adopta uma perspectiva de análise restrita quanto ao espaço de afirmação cultural (cultura erudita, cultura de massas, cultura popular) ou quanto aos modos de relação com os bens culturais (criação cultural, expressão cultural, participação ou recepção passiva).

Mas as organizações que aqui se retratam são apenas parte – embora significativa – dos agentes que compõem a esfera cultural do distrito de Évora, já que não se inclui, no âmbito deste estudo, a caracterização dos grupos informais ou dos organismos públicos. Há porém, outros agentes que, pela sua

---

6 Ferreira, Claudino: 2002, “Intermediação Cultural e Grandes Eventos. Notas para um Programa de Investigação sobre a Difusão das Culturas Urbanas.”, pág. 3 - 4

particular relação com o universo das organizações estudadas, merecem um olhar autónomo nesta publicação.

Este trabalho, estruturado em dois capítulos, centra-se primeiramente na caracterização geral das instituições culturais sem fins lucrativos do distrito de Évora. O segundo capítulo, elaborado numa óptica de directório, é composto pelas fichas de identificação individual destas entidades, dispostas por ordem alfabética, que compilam um conjunto de elementos relevantes para a sua caracterização e conhecimento. Apresenta-se também a listagem da sua distribuição por concelho e fins estatutários. Incluída neste segundo capítulo encontra-se igualmente a identificação de outros agentes culturais do distrito de Évora, nomeadamente, as Câmaras Municipais e as entidades privadas com fins lucrativos (empresas e empresários em nome individual). Por fim, apresenta-se um conjunto de anexos com informação desagregada a nível concelhio.

## Opções Metodológicas

São objecto deste estudo as *instituições culturais sem fins lucrativos* do distrito de Évora. No contexto deste trabalho, o conceito “instituições culturais” é validado por quatro elementos fundamentais: a personalidade jurídica, o carácter não lucrativo, os fins estatutários orientados para objectivos culturais e o desenvolvimento efectivo de actividades de carácter cultural.

Qualquer instituição cultural que detenha, em simultâneo, os quatro elementos referidos, faz parte do universo a que este estudo se reporta. Nestas condições foram identificadas 139 *instituições* em todo o distrito, das quais se obtiveram 76 respostas (54,7%) e 63 não respostas (45,3%).<sup>7</sup>

Convém notar que o levantamento inicial, realizado com recurso à base de dados da Fundação Eugénio de Almeida, à base de dados do Governo Civil de Évora e à recolha efectuada junto das autarquias do distrito, apontou para um conjunto inicial de 245 entidades. A sua análise veio a revelar que apenas 139 cabiam no âmbito deste estudo, não tendo sido por isso consideradas todas aquelas que têm fins lucrativos ou são de natureza pública, nem todas as outras que não reuniam, cumulativamente e sem excepção, os quatro elementos de validação do objecto de estudo já referidos.

Paralelamente às *instituições culturais sem fins lucrativos* existem outros agentes culturais que promovem actividades com destaque a nível local e cujo contributo é igualmente interessante e relevante para a dinamização cultural das localidades. É o caso das Câmaras Municipais que, para além de serem, na generalidade, as entidades que mais apoiam e colaboram com as *instituições* culturais, desenvolvem actividades potenciadoras da regularidade e diversidade da oferta cultural local. Optou-se igualmente por incluir neste estudo uma secção que identifique de forma descritiva a oferta cultural dos municípios do distrito, uma vez que eles desempenham um papel de destaque na promoção da cultura, quer por via da gestão e exploração de equipamentos e recintos culturais, quer pela concretização de projectos e actividades da mesma índole, de forma autónoma ou em articulação e colaboração com instituições privadas. Outros agentes públicos não foram listados por se encontrarem suficientemente estudados e divulgados através de diversos instrumentos da administração central pública e descentralizada.

Da mesma forma se julgou pertinente incluir, como informação complementar, a listagem das entidades privadas com fins lucrativos, quer se tratem de sociedades comerciais, quer se tratem de empresários em nome individual. Foram identificadas 9 sociedades comerciais, das quais

---

<sup>7</sup> Foram identificadas as seguintes instituições por concelho: Alandroal (3); Arraiolos (11); Borba (4); Estremoz (15); Évora (39); Montemor-o-Novo (12); Mora (6); Mourão (5); Portel (4); Redondo (5); Reguengos de Monsaraz (12); Vendas Novas (3); Viana do Alentejo (12); Vila Viçosa (8).

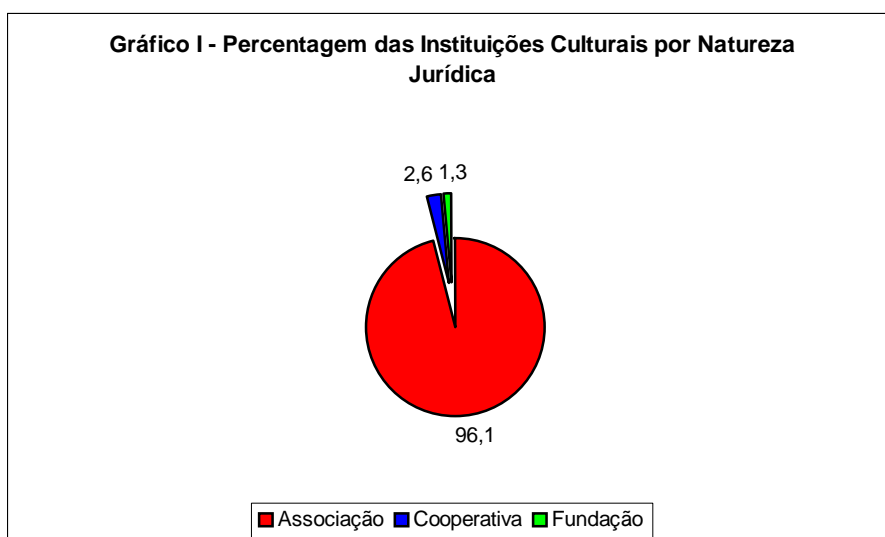
obtivemos 3 respostas e 6 não respostas, bem como 4 empresários em nome individual que responderam na sua totalidade ao questionário.

Este capítulo apresenta a análise dos dados das 76 instituições, recolhidos através de um inquérito por questionário construído para o efeito. A aplicação do instrumento de recolha de dados decorreu entre Abril e Setembro de 2005, pelo que a informação apresentada remonta a este período. Durante os meses de Setembro e Outubro procedeu-se à validação da informação a publicar, junto dos responsáveis que a disponibilizaram inicialmente. Em simultâneo foi construída uma base de dados que possibilitou o tratamento e análise da informação que se apresenta em seguida.

## 1. Personalidade, Natureza Jurídica e Registo

Uma vez constituídas legalmente, as entidades adquirem personalidade jurídica, significando que cumpriram todos os requisitos jurídicos e administrativos para que a sua existência, enquanto instituição, fosse reconhecida. Em função da sua constituição, é possível a estas instituições assumir diversas figuras. No conjunto das 76 *instituições* em estudo, e quanto à sua natureza jurídica, elas enquadram-se nas figuras de *Associação*, *Cooperativa* e *Fundação*.

A *Associação* é a figura jurídica de maior destaque neste conjunto, representando 96,1% das *instituições* em estudo, o que torna bastante óbvio o papel de relevo destas entidades no desenvolvimento de práticas culturais na região. As *Cooperativas* representam 2,6% das *instituições* e as *Fundações* apenas 1,3%. Apresenta-se, seguidamente, a representação gráfica percentual da natureza jurídica das entidades em análise.



Todas estas pessoas jurídicas são, por definição, entidades sem fins lucrativos.

A preocupação de incentivar o associativismo e a necessidade de dotar as colectividades de alguns meios para valorização e expansão da sua actividade deu origem à criação de alguns diplomas governamentais que conferem estatutos distintivos às entidades que cumpram os seus requisitos, nomeadamente porque estas instituições prestam relevantes serviços à comunidade, suprimindo muitas vezes o papel do próprio Estado.

É o caso do estatuto de Utilidade Pública concedido a "... associações ou fundações que prossigam fins de interesse geral, ou da comunidade nacional ou de qualquer região ou circunscrição, cooperando com a Administração Central ou a administração local, em termos de

merecerem da parte desta administração a declaração de «utilidade pública» (decreto-lei n.º 460/77 de 7 de Novembro), cuja declaração é competência do Governo.

Estas associações ou fundações só podem ser declaradas de utilidade pública se, cumulativamente, se verificarem os seguintes requisitos:

- Não limitarem o seu quadro de associados ou de beneficiários a estrangeiros, ou através de qualquer critério contrário ao do n.º 2 do artigo 13.º da Constituição;
- Terem consciência da sua utilidade pública, fomentarem-na e desenvolverem-na, cooperando com a Administração na realização dos seus fins (decreto-lei n.º 460/77 de 7 de Novembro).

Encontram-se também entre as *instituições* culturais, algumas distinguidas com a medalha de Mérito Cultural. Por serem inúmeras as personalidades e as colectividades que empenhadamente e sem qualquer forma de reconhecimento público, se dedicam, por todo o País, à valorização cultural dos cidadãos e das comunidades, o Governo criou esta medalha que, de algum modo, traduz o apreço público pelas actividades que prosseguem (Decreto-Lei n.º 123/84 de 13 de Abril). Esta medalha é atribuída para distinguir pessoas singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiras, pela sua dedicação ao longo do tempo a actividades de acção ou divulgação cultural.

Das 76 *instituições* consideradas, 18 estão reconhecidas com o estatuto de Utilidade Pública e 5 foram distinguidas com medalha de Mérito Cultural, sendo a sua distribuição concelhia a seguinte:

## Quadro I – Instituições de Utilidade Pública e com Medalha de Mérito Cultural por Concelho

Concelho	Utilidade Pública	Medalha de Mérito Cultural
Alandroal	2	0
Arraiolos	0	0
Borba	1	0
Estremoz	1	3
Évora	7	2
Montemor-o-Novo	3	0
Mora	0	0
Mourão	0	0
Portel	0	0
Redondo	0	0
Reguengos de Monsaraz	1	0
Vendas Novas	1	0
Viana do Alentejo	1	0
Vila Viçosa	1	0
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>5</b>

## 2. Fins Estatutários

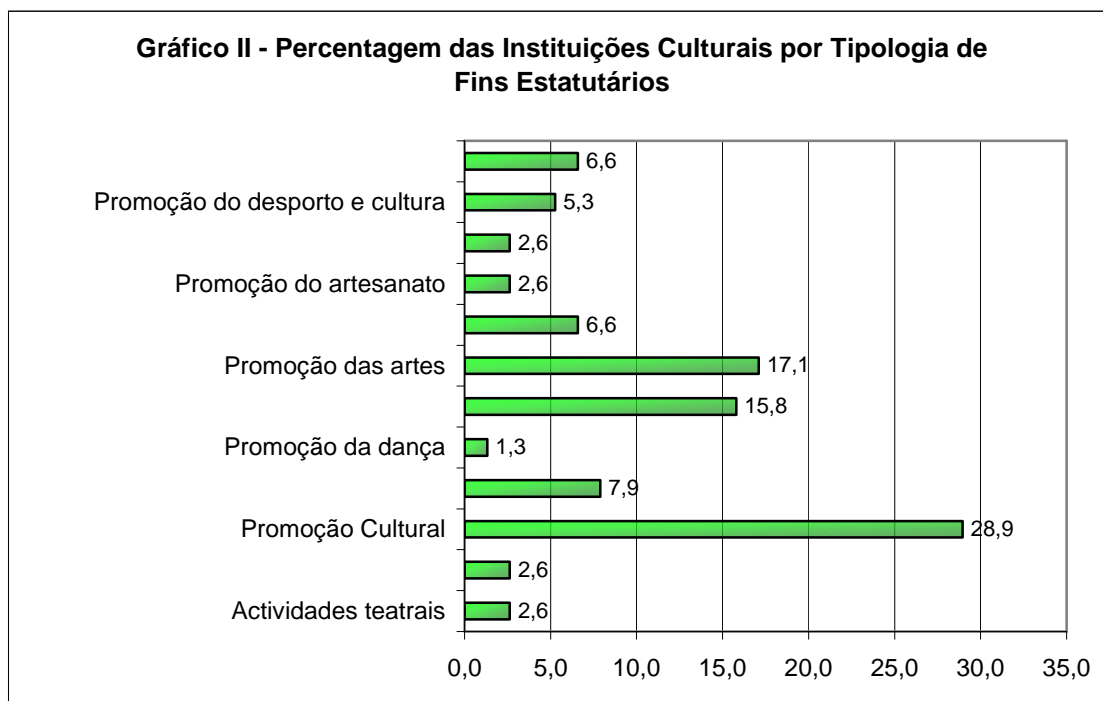
Os fins estatutários de uma instituição espelham os interesses para cuja prossecução esta se constituiu e foi reconhecida. A análise deste parâmetro permite compreender melhor o âmbito e a área de actuação das *instituições* culturais privadas sem fins lucrativos.

Assim, e no sentido de permitir uma análise mais esclarecedora do objecto das diversas *instituições*, procedeu-se ao seu agrupamento de acordo com a descrição da finalidade que presidiu à sua constituição, em doze categorias:

1. *Actividades Teatrais* - instituições cujo âmbito de intervenção é exclusivamente direccionado para o desenvolvimento de actividades teatrais;
2. *Preservação do Património* - instituições cujo âmbito de intervenção é exclusivamente direccionado para acções de defesa do património;
3. *Promoção Cultural* – instituições que no âmbito da sua intervenção desenvolvem actividades culturais diversas;
4. *Promoção Cultural e Social* - instituições que acumulam no seu âmbito de intervenção actividades de natureza social e cultural ;
5. *Promoção da Dança* - instituições cujo âmbito de intervenção é exclusivamente direccionado para o desenvolvimento de actividades relacionadas com a dança;

6. *Promoção da Música* - instituições cujo âmbito de intervenção é centrado no desenvolvimento de actividades musicais;
7. *Promoção das Artes* - instituições cujo âmbito de intervenção é especialmente vocacionado para a promoção das artes;
8. *Promoção de Actividades para Jovens* - instituições com um âmbito de intervenção vocacionado para o desenvolvimento de actividades/acções dirigidas aos jovens;
9. *Promoção do Artesanato* - instituições cujo âmbito de intervenção é especialmente vocacionado para a promoção do artesanato da região;
10. *Promoção do Cante Alentejano* - instituições cuja actividade consiste, exclusivamente, na promoção do cante alentejano;
11. *Promoção do Desporto e Cultura* - instituições que acumulam no seu âmbito de intervenção actividades de natureza desportiva e cultural;
12. *Promoção do Folclore* - instituições cuja actividade consiste, exclusivamente, na promoção do folclore tradicional.

Segundo esta tipologia, verifica-se que, entre as 76 *instituições* em análise, as que mais se evidenciam foram constituídas em função da promoção cultural (28,9%), seguindo-se a promoção das artes (17,1%) e a promoção da música (15,8%). O gráfico seguinte permite visualizar importância relativa das *instituições* por tipologia de fins estatutários.



**Nota:** A listagem das instituições por fins estatutários encontra-se discriminada no índice em anexo.

### 3. Actividades Culturais

#### 3.1. Actividades Culturais Predominantes

Procurando contribuir para a promoção cultural, animação local e, simultaneamente, para o desenvolvimento cultural da região e divulgação de práticas culturais tradicionais, as *instituições culturais privadas sem fins lucrativos* desenvolvem, de acordo com a especificidade das disposições estatutárias e com os recursos disponíveis, um conjunto de actividades que representa uma parte significativa da oferta cultural existente no distrito de Évora.

Perante a grande diversidade de iniciativas culturais existentes, e por forma a permitir um conhecimento mais sistematizado das actividades efectivas das *instituições* culturais do distrito de Évora, procedeu-se ao seu enquadramento em seis grandes domínios: Artes do Espectáculo, Artes Plásticas; Audiovisual e Multimédia; Defesa do Património; Divulgação Cultural e Edições.

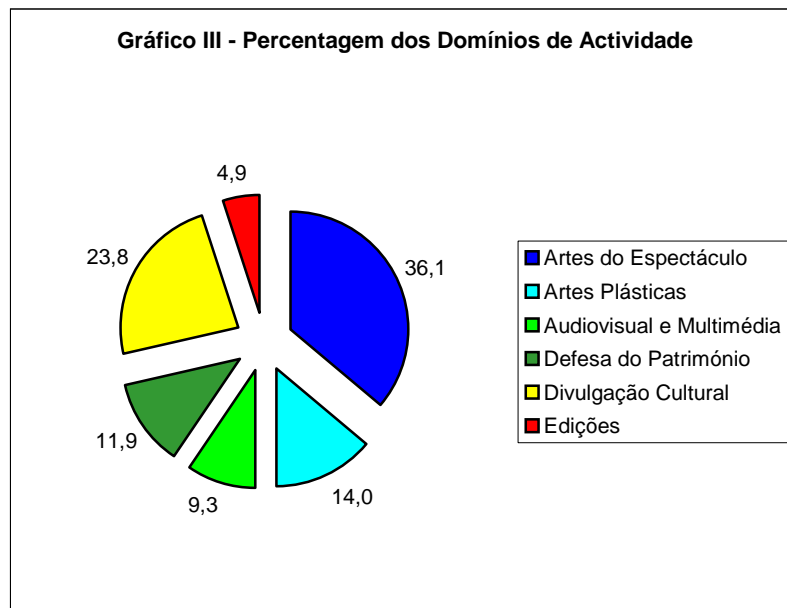
No quadro seguinte podem visualizar-se as actividades que integram os referidos domínios, bem como o número de vezes que cada actividade é identificada no conjunto das *instituições* em estudo.

Quadro II – Actividades Culturais Predominantes por Domínios

Domínios de Actividade	Tipo de Actividades <sup>8</sup>	N.º
Artes do Espectáculo	<b>Dança</b>	
	Bailado	6
	Dança Contemporânea	10
	Folclore	11
	<b>Música</b>	
	Banda	23
	Cantares Alentejanos	11
	Música Erudita	13
	Música Tradicional	17
	Orquestra	7
	<b>Teatro</b>	
Teatro de Rua	12	
Teatro de Palco	27	
<b>Marionetas</b>		
<b>Pluri-transdisciplinar</b>		
		10
Artes Plásticas	Escultura	15
	Fotografia	17
	Gravura	10
	Pintura	18
Audiovisual e Multimédia	Cinema	12
	Multimédia	8
	Rádio	2
	Registos Sonoros	6
	Televisão	3
	Vídeo	9
Defesa do Património	Acções de Formação	10
	Investigação	9
	Promoção e Divulgação	16
	Recuperação/Valorização	16
Divulgação Cultural	Arquivo	5
	Biblioteca	14
	Conferências	24
	Palestras/Seminários	24
	Exposições	35
Edições	Livros	12
	Publicações Periódicas	9
<b>TOTAL</b>		<b>429</b>

Tomando como referência os 33 tipos de actividades constantes no quadro anterior, repartidos pelos seis diferentes domínios, foi registada a existência de 429 actividades desenvolvidas no conjunto das instituições em análise. Destas 429 actividades, 36,1% integram o domínio das Artes do Espectáculo, seguindo-se, por ordem decrescente, aquelas que se enquadram nos domínios da Divulgação Cultural (23,8%), das Artes Plásticas (14,0%), da Defesa do Património (11,9%), do Audiovisual e Multimédia (9,3%) e das Edições (4,9%). O gráfico seguinte permite ilustrar esta situação.

<sup>8</sup> Refere-se apenas às actividades definidas no questionário aplicado às instituições inquiridas. Outras actividades identificadas pelas instituições constam no ponto seguinte (6.2).



### 3.2. Outras Actividades Culturais

A par das actividades mais típicas enunciadas anteriormente, existe uma série de outras acções desenvolvidas pelas *instituições* culturais e que foram identificadas nas instituições inquiridas.

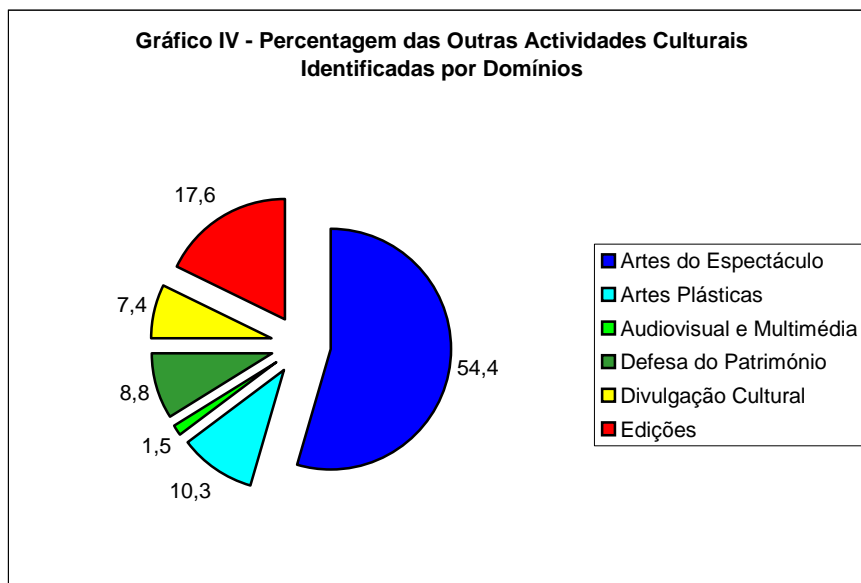
Por forma a conhecer as actividades que integram, neste caso, os diversos domínios culturais, procedeu-se à sua desagregação e análise mais fina, cujos resultados se apresentam no quadro seguinte.

Quadro III – Outras Actividades Culturais por Domínios

Domínios de Actividade	Actividades	N.º
<b>Artes do Espectáculo</b>	<b>Dança</b>	
	Ballet	1
	Danças Africanas	1
	Danças de Salão	2
	Danças Étnicas	1
	Flamenco	1
	Hip-Hop	1
	Marcha Popular	1
	Raiz Tradicional	1
	Outra (não especificada)	2
	<b>Música</b>	
	Banda de Baile	1
	Canto Coral	1
	Coro Polifónico	2
	Escola de Música	5
	Fado	1
	Fusão	1
	Gigabombos	1
	Grupo de Guitarristas	1
	Jazz	4
Música de Câmara	3	
Música Electrónica	1	
Percussão	1	
Outra (não especificada)	2	
<b>Teatro</b>		
Narração Oral	1	
Outra (não especificada)	1	
<b>Artes Plásticas</b>	Artesanato	1
	Desenho	1
	Formação	1
	Instalação	2
	Museu	1
	Paisagem	1
<b>Audiovisual e Multimédia</b>	Outras (não especificadas)	1
<b>Defesa do Património</b>	Acções de Sensibilização	2
	Espaço Etnográfico	1
	Museu Arqueológico	1
	Museu do Brinquedo	1
	Núcleo Museológico	1
<b>Divulgação Cultural</b>	Centro de Documentação	1
	Intercâmbio de Jovens	1
	Outras (não especificadas)	3
<b>Edições</b>	Boletim Interno	1
	Catálogos	1
	CD	4
	DVD e VHS	1
	Folhetos	1
	Publicações	1
	Publicações Electrónicas	1
	Outras (não especificadas)	2
<b>TOTAL</b>		<b>68</b>

À semelhança do descrito no ponto anterior, destacam-se nas Artes do Espectáculo as actividades relacionadas com a Música e com a Dança. Surgem com maior incidência na área da Música as Escolas de Música, o Jazz, a Música de Câmara, o Canto Coral e o Coro Polifónico, e na área da dança, o Ballet e as Danças de Salão.

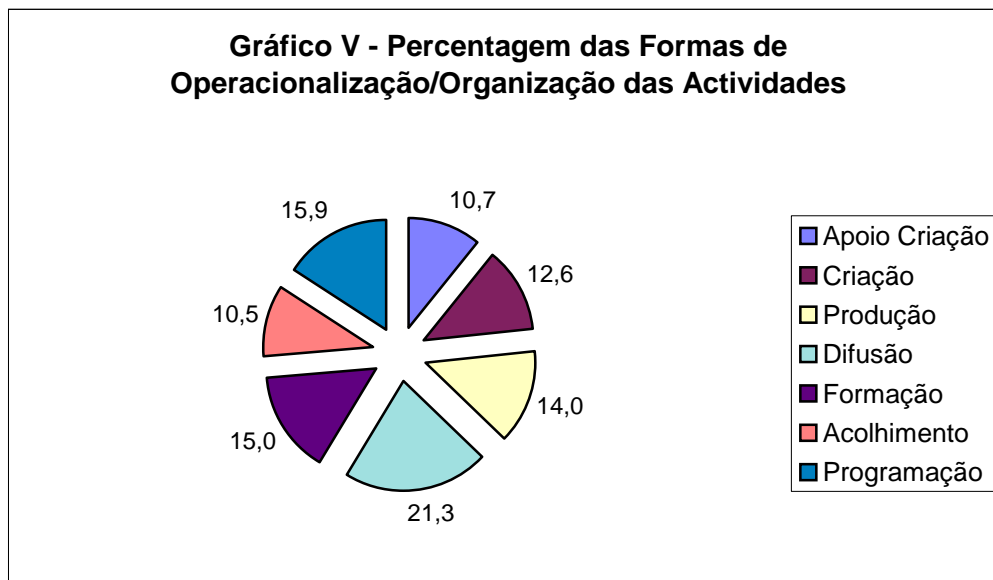
Tendo em atenção a natureza bastante diversificada das actividades indicadas pelas *instituições*, procedeu-se ao seu enquadramento nos domínios de actividade referidos anteriormente. Assim, das 68 actividades apuradas, o maior número enquadra-se no domínio das Artes do Espectáculo (54,4%), seguindo-se o domínio das Edições (17,6%) e o domínio das Artes Plásticas (10,3%), conforme ilustrado no gráfico seguinte.



Cada um destes domínios, tal como se pode constatar no quadro III e no ponto anterior, é composto por uma grande diversidade de actividades que são operacionalizadas e organizadas de diferentes formas pelas *instituições*. Quer isto dizer que, para cada uma das actividades desenvolvidas existem oito formas de operacionalização/organização possíveis: a *criação* (concepção de produtos originais), o *apoio à criação* (disponibilização de meios e recursos a outrem para a concepção de produtos originais), a *formação* (desenvolvimento de actividades formativas de índole cultural – workshops, cursos breves, etc. – destinados aos recursos humanos da instituição ou aos seus destinatários), o *acolhimento* (alojamento de artistas, que pode estar aliado à disponibilização de outras condições para a criação), a *programação* (planeamento e organização dos eventos culturais – onde apresentar os espectáculos/iniciativas, durante quanto tempo, em que condições, etc.), a *produção* (produção dos aspectos técnicos de montagem do espectáculo/iniciativa) e a *difusão/divulgação* (promoção do espectáculo/iniciativa junto dos públicos).

A análise dos dados permite concluir que as formas de operacionalização/organização, independentemente do tipo de actividade, incidem maioritariamente: na difusão/divulgação

(21,3%), na programação (15,9%) e na formação (15,0%), muito mais do que nos processos de criação ou até mesmo de produção das actividades que desenvolvem.<sup>9</sup>



#### 4. Número de Instituições e Localização Geográfica

A mundialização das novas tecnologias de informação veio indubitavelmente revolucionar as formas de comunicação e de interacção dentro dos mercados. Ainda assim, tendencialmente e por uma questão de razoabilidade, as *instituições* ou qualquer outro tipo de *entidades que prestem serviços directos à comunidade*, instalam-se e desenvolvem a sua actividade em locais onde se verifique um potencial razoável de utilizadores, clientes ou utentes. Sendo esta realidade imediatamente perceptível quando nos referimos a comércio, serviços públicos ou apoio social, ela é também, em grande parte detectável quando nos referimos às actividades culturais.

No caso das *instituições* culturais estudadas, a justificação para a sua distribuição geográfica não se deve restringir, porém, unicamente ao factor da densidade populacional da área onde estão implantadas. Muitas destas instituições surgem a partir de algumas tradições locais que, com o decorrer do tempo e por questões práticas, se constituíram legalmente com sede numa localidade que não corresponde necessariamente ao seu âmbito de actuação privilegiado.

Assim, a densidade demográfica é um factor determinante no desenvolvimento local, numa perspectiva integrada e em última instância, condicionando o aparecimento de mais ou menos instituições.

<sup>9</sup> Salvo a excepção do teatro onde a criação surge em segundo lugar com (17,2%).

Desta forma, o caso específico das *instituições* culturais do distrito de Évora, não constituindo excepção à regra, tem por base uma mesma lógica de oferta marcada por uma perspectiva urbano-centrista. Consequentemente, os concelhos de maior densidade populacional são também aqueles onde se encontra a maior concentração de *instituições* culturais, nomeadamente Évora, Montemor-o-Novo, como foi possível constatar nas 76 entidades estudadas e cuja distribuição se apresenta no mapa seguinte.

Mapa I – Distribuição das Instituições por Concelho



## 5. Infra-Estruturas

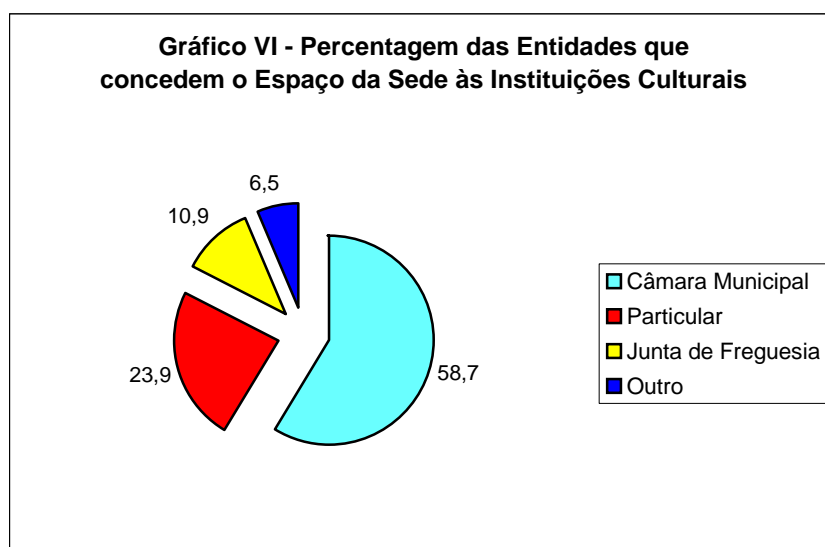
Caracterizar as instalações das *instituições* culturais do distrito de Évora foi também um dos objectivos deste estudo.

A existência de espaço físico, quer para a Sede, quer para o desenvolvimento de actividades artísticas e culturais condiciona, necessariamente, o desempenho destas *instituições*. Deste estudo ressaltam, a este nível, algumas situações de carência ou precariedade, sem que esta realidade seja generalizada na totalidade das entidades.

Das 76 entidades que responderam ao inquérito 54,8% possuem um espaço para a Sede de carácter permanente, enquanto 45,2% usufruem de um espaço provisório.

Quanto à tipologia de ocupação do espaço da Sede, 59,2% das *instituições* dispõem de um espaço cedido, 26,3% possuem um espaço próprio e apenas 14,5% dispõem de um espaço arrendado.

No caso das *instituições* que declaram dispor de um espaço cedido para a Sede constata-se que esta cedência é efectuada por outras entidades, nomeadamente pela Câmara Municipal, ou por particulares, salientando-se que estes são, em muitos casos, os dirigentes ou associados das entidades que disponibilizam instalações que são sua propriedade para esse efeito.

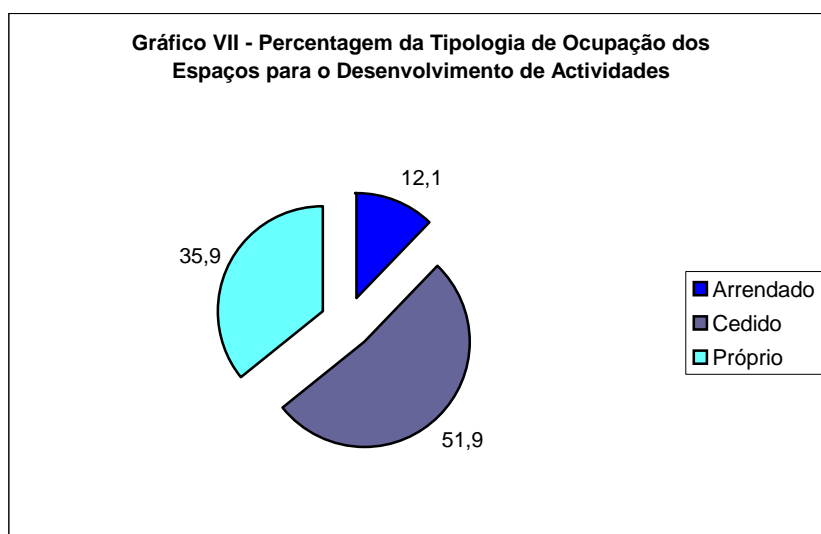


No que respeita ao desenvolvimento de actividades foram identificados, nas 76 *instituições* em análise, a existência de 206 espaços de natureza distinta e funcionalidades diversas. Deste conjunto, destaca-se a existência de 39 salas de formação, 37 salas de reuniões, 31 salas de espectáculos e 26 salas de exposições, entre outros espaços, conforme se pode constatar no quadro seguinte.

**Quadro IV - Tipologia de Espaços para o Desenvolvimento de Actividades**

Espaços	Total
Atelier	16
Auditório	8
Biblioteca	18
Centro de Documentação	1
Estúdios/Salas técnicas	1
Gabinete de Acção Cultural	1
Galeria	12
Igreja	2
Mediateca	1
Museu da "Festa Brava"	1
Oficina	1
Sala de Informática	1
Sala Ensaaios	4
Sala Espectáculos	31
Sala Exposições	26
Sala Formação	39
Sala Ludoteca	1
Sala Reuniões	37
Salão	1
Outro (não especificado)	4
<b>Total</b>	<b>206</b>

À semelhança das instalações da Sede, também os espaços para o desenvolvimento das actividades são maioritariamente cedidos por outras entidades (51,9%), salientando-se no entanto, que 35,9% destes espaços são propriedade das instituições culturais.



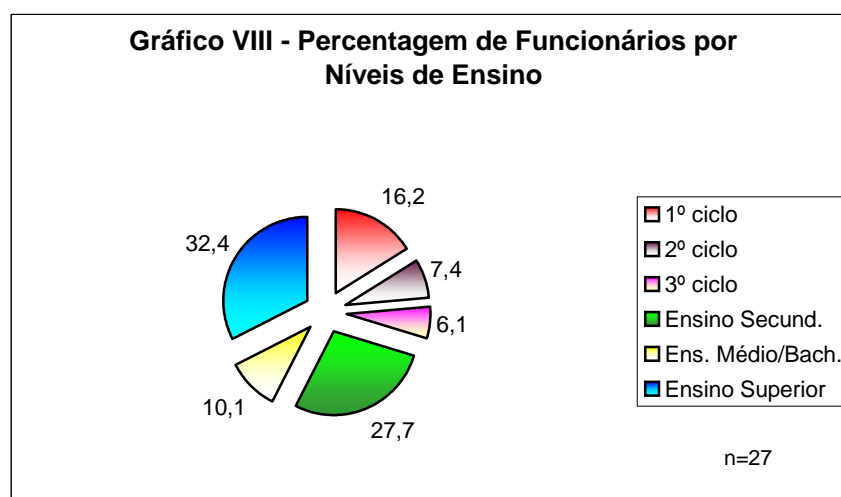
## 6. Recursos Humanos

### 6.1. Funcionários

Os recursos humanos são, cada vez mais, o principal e distintivo capital com que uma organização pode contar. Em função dos objectivos, da dimensão, das actividades e dos recursos organizacionais, as entidades empregadoras definem a sua estratégia de actuação e o tipo de recursos humanos de que necessitam para a prossecução dos seus fins.

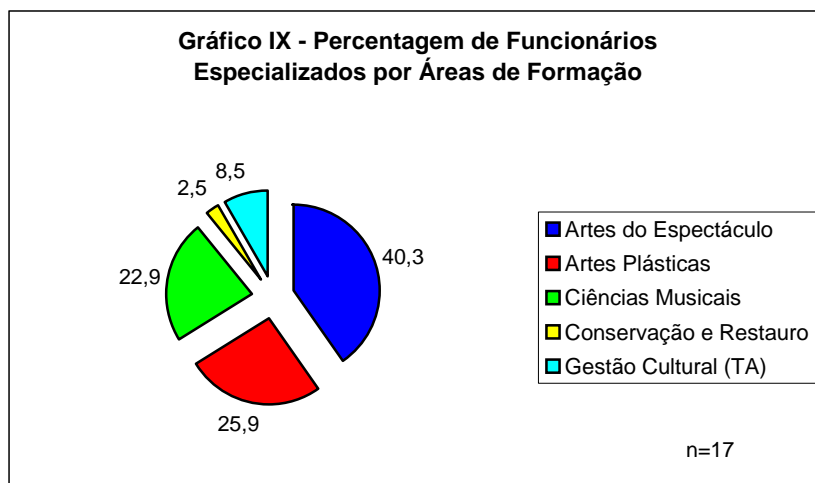
No que respeita ao conjunto das 76 *instituições* culturais sem fins lucrativos em estudo apenas 27 (35,5%) dispõem de funcionários (conjunto de pessoas com vínculo laboral à instituição), o que revela, de alguma forma, a limitada estrutura profissionalizada destas entidades.

Os dados recolhidos relativamente aos funcionários destas 27 *instituições* revelam que a natureza e âmbito do trabalho que desenvolvem requer competências especializadas em áreas bastante diversificadas e específicas.



O nível de qualificação dos funcionários é um elemento de destaque no conjunto das *instituições* culturais em análise. Das 148 pessoas ao serviço destas 27 entidades, 32,4% possuem licenciatura e 10,1% possuem bacharelato, conforme se visualiza no gráfico anterior.

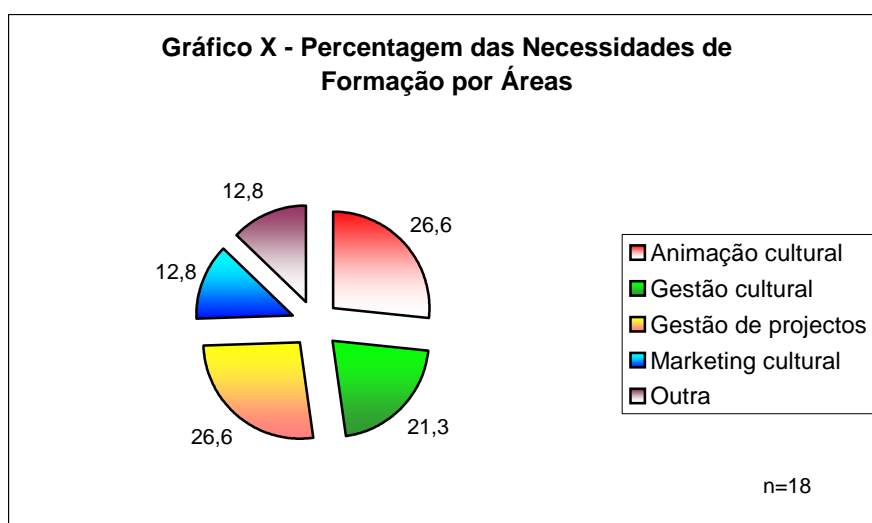
Das 27 *instituições* com funcionários, apenas 17 (63%) responderam sobre a formação específica. O gráfico seguinte permite visualizar a percentagem de funcionários especializados por áreas de formação.



A formação específica dos funcionários ao serviço das *instituições* incide maioritariamente na área das Artes do Espectáculo (40,3%), seguindo-se as áreas das Artes Plásticas e das Ciências Musicais com 25,9% e 22,9%, respectivamente, salientando-se o facto de alguns indivíduos possuírem formação específica em diversas áreas, acumulando especializações nos diferentes domínios culturais.

Curiosamente, as áreas de formação dos funcionários mais referidas correspondem aos domínios de actividade mais desenvolvidos pelas *instituições* a nível distrital, o que, de certa forma, deixa transparecer a preocupação de encontrar funcionários qualificados para as funções que constituem o cerne da sua actividade.

Importa ainda referir que 18 (66,7%) das 27 *instituições* em análise indicaram necessidades de formação por parte dos seus funcionários. As áreas de formação apontadas como prioritárias foram a animação cultural e a gestão de projectos, ambas com 26,6%, e a área de gestão cultural com 21,3%, como se pode visualizar no gráfico seguinte.



## **Índice de Gráficos, Mapas e Quadros**

- Gráfico I – Percentagem das Instituições Culturais por Natureza Jurídica
- Gráfico II – Percentagem das Instituições Culturais por Tipologia de Fins Estatutários
- Gráfico III – Percentagem dos Domínios de Actividade
- Gráfico IV - Percentagem das Outras Actividades Culturais Identificadas por Domínios
- Gráfico V - Percentagem das Formas de Operacionalização/Organização das Actividades
- Gráfico VI - Percentagem das Entidades que concedem o Espaço da Sede às Instituições Culturais
- Gráfico VII - Percentagem da Tipologia de Ocupação dos Espaços para o Desenvolvimento de Actividades
- Gráfico VIII – Percentagem de Funcionários por Níveis de Ensino
- Gráfico IX – Percentagem de Funcionários Especializados por Áreas de Formação
- Gráfico X - Percentagem das Necessidades de Formação por Áreas
- Gráfico XI – Percentagem de Outras Áreas de Necessidades de Formação
- Gráfico XII - Percentagem de Funcionários por Níveis de Ensino e Sexo
- Gráfico XIII – Percentagem de Funcionários por Grupos Etários
- Gráfico XIV - Percentagem do Número de Funcionários por Fins Estatutários
- Gráfico XV - Percentagem dos Colaboradores Remunerados e Voluntários que Apoiam as Instituições Culturais
- Gráfico XVI – Percentagem de Colaboradores Remunerados e Voluntários, Pontuais e Regulares
- Gráfico XVII – Percentagem de Colaboradores Remunerados e Voluntários, Pontuais e Regulares, por Sexo
- Gráfico XVIII – Percentagem das Actividades Desenvolvidas pelos Colaboradores Voluntários
- Gráfico XIX – Percentagem de Voluntários por Sexo e Fins Estatutários
- Gráfico XX – Percentagem de Colaboradores Remunerados por Sexo e Fins Estatutários
- Gráfico XXI – Percentagem das Dificuldades para Implementação de Projectos
- Gráfico XXII – Percentagem da Origem das Fontes de Financiamento das Instituições Culturais
- Gráfico XIII – Percentagem da Origem dos Apoios Públicos
- Gráfico XIV – Percentagem da Origem das Receitas Próprias
- Gráfico XV – Percentagem da Origem dos Apoios Privados
- Gráfico XVI – Percentagem da Tipologia de Entidades que Prestam Apoio às Instituições Culturais
- Gráfico XVII – Percentagem do Tipo de Apoios que as Instituições Beneficiam
- Mapa I – Distribuição das Instituições por Concelho

Quadro I – Instituições de Utilidade Pública e com Medalha de Mérito Cultural por Concelho

Quadro II – Actividades Culturais Predominantes por Domínios

Quadro III – Outras Actividades Culturais por Domínios

Quadro IV – Tipologia de Espaços para o Desenvolvimento de Actividades

## **Bibliografia**

Abreu, Miguel (coord.) et al. (1999), *Guia das Artes do Espectáculo – Teatro, Dança, Música*. (s.l). Instituto Português das Artes do Espectáculo - Ministério da Cultura.

Câmara Municipal de Évora (1999), *Plano Estratégico Cultural do Concelho de Évora*.

Costa, António Firmino (1997), “Políticas Culturais: Conceitos e Perspectivas”, OBS – Publicação do Observatório das Actividades Culturais, 2, pp. 10-14.

Ferreira, Claudino (2002), *Intermediação Cultural e Grandes Eventos. Notas para um Programa de Investigação sobre a Difusão das Culturas Urbanas*. Centro de Estudos Sociais – Núcleo de Estudos sobre Cidades e Culturas Urbanas, Universidade de Coimbra.

Santos, Maria de Lourdes Lima dos (2004), “Folclorização, Um Fenómeno da Modernidade – Em Vias de Extinção ou de Reconfiguração?”, OBS - Publicação do Observatório das Actividades Culturais, 13, pp. 68-72.

Santos, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) et al. (2004), *Políticas Culturais e Descentralização: Impactos do Programa Difusão das Artes do Espectáculo*, 12, Publicação do Observatório das Actividades Culturais.

Santos, Maria de Lourdes Lima dos (2002), “Amador ou Profissional?... Peças de um Puzzle”, OBS - Publicação do Observatório das Actividades Culturais, 11, pp. 3-14.

Santos, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) et al. (1998) *As Políticas Culturais em Portugal*, 3, Publicação do Observatório das Actividades Culturais.

Santos, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) et al. (1998), *10 Anos de Mecenato em Portugal*, 1, Publicação do Observatório das Actividades Culturais.

UNESCO (1989), *Recomendación sobre la Salvaguardia de la Cultura Tradicional y Popular*.

UNESCO (1976), *Recomendación relativa a la Participación y la Contribución de las Masas Populares en la Vida Cultural*.

## **Ficha Técnica**

---

### **Título**

As Instituições Culturais do Distrito de Évora

### **Autor**

Observatório Social do Alentejo – Fundação Eugénio de Almeida

### **Edição**

Fundação Eugénio de Almeida

### **Coordenação Geral**

Maria do Céu Ramos

### **Coordenação Técnico-Científica**

Carlos Alberto da Silva

### **Equipa Técnica**

Carla Lã-Branca

Tânia Semedo Silva

### **Design Gráfico**

Albuquerque Designers

### **Impressão**

...

© Fundação Eugénio de Almeida

### **ISBN**

...

### **Depósito Legal**

...

### **Tiragem**

1000 exemplares